

INFORMAÇÃO

DIVISAO DE OBRAS, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

DE: Chefe da Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida

PARA: Exmº Sr Presidente da Câmara Municipal de Marvão

ASSUNTO: Informação solicitada pelo Exmº Sr Provedor de Justiça – Parque Natural da Serra de S. Mamede – Vedações – Proc. P-02/12(A1)

DESPACHO	INFORMAÇÃO
<p><i>Informar o Exmº Sr. Provedor de Justiça do estado de situação. Para efeito, enviar cópia da presente informação ao Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Marvão.</i></p> <p><i>Chefe de divisão de obras, ambiente e qualidade de vida.</i></p> <p><i>Marvão,</i></p>	<p>Tenho a honra de informar V. Exª que de acordo com o solicitado pelo Exmº Sr Provedor de Justiça, estes serviços têm a referir o seguinte.</p> <p>1 – Conforme já expus a V. Exª na informação de 27/07/2012 (Anexo I), o Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação existente desde 2002, definia no seu artº 4º as isenções de licença ou autorização. Na sua alínea d), do nº 3 deste mesmo artº referia-se que “a construção de muros e divisórias que não confinem com a via pública e não ultrapassem a altura de 1.20m” estariam integrados no conceito de obras de escassa relevância urbanística. Foi assim, procedimento corrente, uma vez que esta divisão não tem um jurista, que vedações em arame não estariam enquadradas como muros ou divisórias, estando assim sem um enquadramento para determinar ou não da sua execução. Verificando-se que a vedação corrente de propriedades rústicas, não foi abrangida pela necessidade de uma autorização formal. Com a elaboração do Regulamento da Urbanização e da Edificação, que entrou em vigor a partir de Julho de 2011 teve-se a preocupação de se inserir no nº 3 do seu artº 59 a vedação “em arame” de modo a poderem estar devidamente regulamentadas as situações que em alguns locais poderão eventualmente ainda vir a ser corrigidas (Anexo II). Ainda em 2011, considerou a Exmª Câmara Municipal de alterar a redação desse mesmo artº 59, definindo que “quando situadas em zonas rurais, desde que confinantes com a via pública”</p>

26/09/2012

Vicente Quintan

1/3

deveriam ser “em sebe vegetal, arame ou muro de alvenaria de pedra à vista, ou em alvenaria caiada ou pintada a branco, podendo ter soco ou rodapé nas cores tradicionais e com altura não superior a 1.2m” (Anexo III).

2 – Decorrente da instalação deste tipo de vedações pela empresa Recprop Townhill, Unipessoal, Lda, V. Ex^a teve conhecimento da resposta do Gabinete da Sr^a Ministra da Agricultura, do Mar e do Ordenamento do Território, de Outubro de 2011, sobre a instalação das referidas vedações (Anexo IV). Desta informação, estaria desde então o Parque Natural a acompanhar a situação e uma vez que não existia uma proibição formal, o parque atuou no sentido de minimizar impactos e mantém a situação em acompanhamento.

3 – Em Novembro de 2011, o requerente apresenta um pedido para a instalação de vedações numa das suas propriedades. Este pedido não foi autorizado pelo facto da altura das vedações pretendidas não estar conforme o disposto no Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização. A cópia do Processo consta do Anexo V a esta informação.

4 – Em junho de 2012 foi apresentada uma reclamação de um munícipe sobre a colocação de portões e de vedações em propriedades. Deste facto foi efetuado um auto de notícia e elaborada informação pelos serviços. Da instalação verificada, resultou uma dúvida colocada a uma jurista externa, uma vez que a estrutura para a colocação de vedação estava a ser colocada no interior da propriedade e o que continuava a confinar com a via pública era o antigo muro em pedra, o qual ainda se pode ver nas fotografias constantes do processo (Anexo VI).

5 – Em junho de 2012 foi igualmente apresentada reclamação de outro munícipe, que foi objeto da informação destes serviços de 27 de junho (Anexo VII).

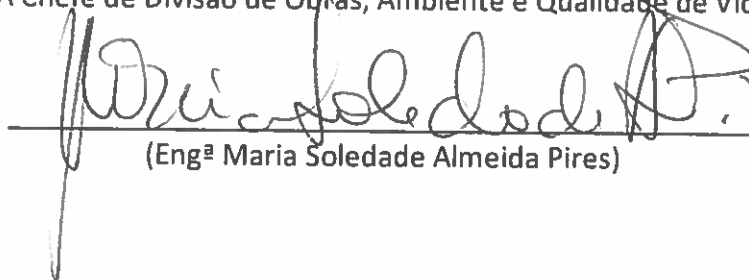
6 – A Junta de Freguesia de St^o Ant^o das Areias, tem apresentado pedidos de esclarecimento, para as reclamações que tem recebido de munícipes, sobre a instalação de portões em alegados caminhos públicos. Esta situação foi objeto de informação destes serviços e constatando-se não haver uma clara indicação nas plantas do cadastro existente, para indicar claramente que o caminho é público ou não, solicitou-se uma informação ao nosso consultor de administração, a qual ainda

está em análise. O processo consta do Anexo VIII.

À consideração superior

Marvão, 24 de setembro de 2012

A Chefe de Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Maria Soledade Almeida Pires', is written over a horizontal line.

(Eng^a Maria Soledade Almeida Pires)

